

O AMBIENTE ACADÊMICO COMO ESPAÇO INCLUSIVO: A UEPB EM VOGA*

Emídio Ferreira Neto ¹
Gerlândia Beatriz Teobaldo de Oliveira ²
Maria Gabriella Barbosa de Souza ³

RESUMO

Este trabalho busca trazer uma discussão sobre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), *Campus I*, acerca da construção de um espaço de ensino superior inclusivo para todos e todas, como espaço de discussão e formação para uma melhor interação com a diversidade de indivíduos e culturas encontradas na sociedade. Baseia-se também em uma revisão bibliográfica e na observação dos espaços da universidade. O processo inclusivo encontra uma dificuldade ao incluir todos como deseja, uma vez considerando que cada sujeito é, pensa, age e detém uma necessidade diferente do outro. Porém é preciso refletir a respeito da igualdade, não abstrata, uma vez que essa não proporciona nem proporcionou relações saudáveis nas escolas e universidades.

Palavras-chave: UEPB, Inclusão, Espaço Inclusivo, Educação, Formação.

INTRODUÇÃO

Pensar nos espaços públicos como democráticos é direito garantido por lei, assegurando que todo cidadão, constituído de dignidade possa ter acesso livre a este. Pensar nestes espaços vai além do espaço geográfico em que nos encontramos, como praças, hospitais, escolas e universidades.

Os espaços são e devem ser realmente democráticos para garantir o acesso a todo e qualquer indivíduo, até mesmo aqueles que têm alguma necessidade específica, seja ela de locomoção, educativa, cognitiva e/ou outra.

Repensar estes espaços se faz necessário e urgente, sendo preciso, por vezes, uma reorganização destes, proporcionando aos indivíduos uma verdadeira acessibilidade. Contudo

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, ferreiraneomidio@gmail.com ;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, gerlandiabto@gmail.com ;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, mgabriellabsouza@gmail.com;

* Este artigo é uma continuidade do texto anteriormente publicado na modalidade pôster do II Congresso paraibano de inclusão, em 2019, com o título de *A uepb como ambiente educacional inclusivo*, por Emídio Ferreira Neto e Gerlândia Beatriz Teobaldo de Oliveira.

o objetivo deste artigo é versar a respeito da universidade como ambiente inclusivo, em especial tratando da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se em revisões bibliográficas de autores contemporâneos que discutem a respeito da temática de inclusão escolar, tomando um aporte teórico a gênese da educação especial e seus desdobramentos. Utilizou-se, também, da observação direta, no *locus* da pesquisa, contando com a participação de relatos de experiências vividas na universidade.

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM VIÉS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Versar a respeito da inclusão, nos leva necessariamente a tratar da educação especial, que por sua vez tem uma vasta e não tão longa história. Desde sempre houve pessoas com necessidades especiais, sejam elas físicas e/ou cognitivas. Isto é possível de encontrar nos textos bíblicos quando tratam de "cochos, mancos, cegos...", por vez, acredita-se que a origem destas 'deformações' era em virtude do pecado cometido pelos pais destes sujeitos. Até meados dos anos 2000 ainda se acreditava nesta tradição, usada como justificativa para as deficiências presentes na família, por exemplo.

A literatura acadêmica nos traz relatos que as crianças nascidas na Antiguidade, a exemplo da Grécia, com alguma deficiência, eram deixadas no alto das montanhas, a própria sorte; em Roma, estes mesmos sujeitos eram atirados ao rio. Tudo isto por que não se encaixavam no padrão estético e social que aquelas civilizações afirmavam ser ideal para interagir em sociedade.

Como afirmam Soares, Carneiro e Onofre (2018), estas sociedades cultuavam o corpo e os que não se encaixassem no padrão, deveriam ser descartado, “[...]Desse modo, um corpo com deficiência seria uma dissonância, uma discórdia, uma antítese do belo. Assim, esse corpo, com uma deformidade corporal ou com um déficit intelectual não teria lugar na Antiguidade” (SOARES; CARNEIRO; ONOFRE, 2018, p. 10).

Foi apenas no final do século XVIII, início do século XIX, que houve por parte dos países escandinavos a 'preocupação' de uma institucionalização especializada voltada para pessoas com deficiência, surgindo daí a Educação Especial. A educação especial quando criada, tinha por carácter ser assistencialista bem mais que educativa. Os atendimentos eram realizados em centros longe dos indivíduos considerados 'normais', desta maneira, evitando o contato direto de um grupo com o outro.

De acordo com Correia (2006, *apud* CARDOSO, 1997), no ano de 1978 já comentavam a respeito da necessidade dos espaços educacionais serem menos restritos quanto ao acesso de pessoas com necessidades especiais, cabendo ao professor promover uma relação integradora das pessoas que não apresentam uma necessidade especial para com as que detém.

Foi, porém, nos anos 80 que surgiu a 'integração educativa', bandeira que defende o acesso de crianças e adultos com quaisquer dificuldades nas escolas regulares. O termo 'pessoas portadoras de deficiência' foi popularizado nesse período. Já nos dias atuais este termo tem sofrido críticas, requerendo a substituição por 'pessoas com necessidades educativas especiais'.

Ainda sobre isto, Cardoso (2006, p. 19-20) afirma que, “o conceito necessidades educacionais especiais remete às dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar dificuldades”.

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À INCLUSÃO EDUCACIONAL

Em seu trabalho, Cardoso (2006) discute acerca da Educação Especial e seu histórico. A autora afirma que "A inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e aplicar soluções adequadas (CARDOSO, 2006, p. 25)".

Para se chegar ao que temos e conhecemos hoje como inclusão, foi preciso pleitear ao longo da história a necessidade de garantir direitos e espaço aos indivíduos que detém alguma necessidade especial, antes passados por décadas, até podemos dizer séculos, de exclusão ao invés de inclusão nas sociedades.

A educação especial na atualidade, cumpre além do papel de garantir os direitos, busca-se também, o acesso dos(as) alunos(as) à escolas regulares, estas dispendo de um acompanhamento específico. A busca é insesante, ainda mais em uma sociedade que se fecha

e eleva jargões e estigmas prontos como, "esta criança não pode ficar na mesma sala que os/as outros/as, dá trabalho demais", "tem que ser matriculado/a em uma escola específica para ele/a".

É comum, e uma infeliz colocação, sempre ouvir ou se deparar com pessoas que pensam e ressaltam suas ideias neste sentido. Não tão longe de nossa realidade, foi transmitido em 2019 pelo jornal local da cidade de Campina Grande, na Paraíba que, um grupo de senhoras, da capital João Pessoa, elevou uma petição buscando proibir o acesso de cadeirantes a orla da praia de Cabo Branco, com a justificativa de que "enfeia a praia". Praia esta na qual há um projeto de uma ONG que promove a integração de pessoas cadeirantes à praia, adaptando o acesso da areia até o mar.

Pensar no processo inclusivo, seja ele nos ambientes públicos de modo geral, nos leva a saltar para a universidade, ambiente de acesso para formação acadêmica de ensino e aprendizagem. Não devemos nos deter apenas a escolas de ensino básico, médio e técnico como que sendo passíveis de sofrer o processo inclusivo, devemos pensar também nas universidades. Portanto.

[...] Temos o dever de oferecer escola comum a todos os alunos, pois a escola especial os inferioriza, discrimina, limita, exclui, mas também de garantir-lhes um atendimento educacional especializado paralelo, complementar, de preferência na escola comum, para que não sejam desconsideradas as especificidades de alguns aprendizes, quando apresentam alguma deficiência (MONTANO, 2008, p. 31).

Com isto, de acordo com Cardoso (2006), o princípio da Educação Inclusiva está baseado na integração de todos no mesmo ambiente educacional, onde todos devem aprender juntos, considerando suas dificuldades e diferenças, proporcionando programas educacionais que sejam apropriados às necessidades dos sujeitos presentes.

DISCUTINDO A INCLUSÃO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Como citados anteriormente, é necessário que haja uma reflexão aprofundada a cerca do que é e o que venha a ser inclusão. Para obtermos tal resposta, buscamos conhecer, debater e assim por pesquisar autores da contemporaneidade que discutam sobre tal temática.

Com isso, Castro (2015) afirma que “a inclusão implicaria em incluir todos aqueles que vislumbram na educação a possibilidade de estarem contidos e/ou compreendidos em uma instituição com pressupostos que atendam a toda e qualquer necessidade apresentada por sua clientela” (CASTRO, 2015, p. 55). Para a autora, a palavra agrega sentido de ato ou até efeito de incluir, fazer tornar-se parte.

Ademais, Mantoan (2008) afirma que a inclusão implica em muito além disto. É preciso que neste processo inclusivo se tenha em mente e, assim realizar-se, várias mudanças no que diz respeito a educação. Mudanças estas que devem ser realizadas no ambiente escolar e academico, considerando o currículo, o planejamento e a avaliação de acordo com as especificidades apresentadas.

É fato que em todo processo de significativa mudança haja desafios, não só no processo de planejamentos da mudança, mas sim, também, na execução do mesmo. Como afirma Mantoan (2008, p. 32), isso ocorre por que, “Temos dificuldade de incluir todos nas escolas porque a multiplicidade incontável e infinita de suas diferenças inviabiliza o cálculo, a definição desses sujeitos, e não se enquadra na cultura de igualdades das escolas”.

Ouve-se, corriqueiramente, um discurso sobre a promoção de igualdades. Como discorrido anteriormente, há uma falsa ideia de incluir alunos e alunas. Para tal ideia, baseia-se em uma promoção utópica, uma igualdade abstrata, que em nada leva em consideração a especificidade do sujeito.

a igualdade abstrata não propiciou a garantia de relações justas nas escolas. A igualdade de oportunidades, que tem sido a marca de políticas igualitárias e democráticas no âmbito educacional, também não consegue resolver o problema das diferenças nas escolas, pois elas escapam ao que essa proposta propõe, diante das desigualdades naturais e sociais (MANTOAN, 2008, p. 32).

A autora versa a respeito do ambiente escolar, porém, cabe aqui, fazermos ponte de ligação direta com a academia, que é o *locus* deste trabalho. Com isso, a autora segue discutindo a que modo, são encarados os desafios encontrados, no processo de inclusão no ambiente educacional, assim como um todo. Mantoan (2008), reitera que

O desafio maior que temos hoje é convencer os pais, especialmente os que têm filhos excluídos das escolas comuns, de que precisam fazer cumprir o que nosso ordenamento jurídico prescreve quando se trata do direito à educação. Os professores deveriam ser os guardiões desse

direito e apoiar os pais em suas dificuldades de compreendê-lo e de exigí-lo a todo custo (MANTOAN, 2008, p. 35).

Com isto, a autora chama a atenção para um dos maiores desafios enfrentados, em todo o processo de inclusão, o de fazer com que os pais de meninos e meninas, que necessitam de atendimento e acompanhamento especializado, tenham ciência que estão sobreguardados por lei e que podem, e devem, buscar que tal direito seja garantido. A autora continua, desta vez direcionando-se aos professores/as, e aqui fazemos alusão também, aos futuros/as profissionais da educação, que também tenham ciência e que incentivem aos pais a buscarem esses direitos.

O que intriga todo processo, é o fato da não aceitação de alunos/as com necessidades educativas especiais na sala de aula, por parte de alguns/as professores/as, como já explanado anteriormente, alegando que “se tem trabalho dobrado”, quando um/a aluno/a com tal especificidade, encontra-se em sala de aula.

Mas o que tem levado tais afirmações? Uma vez que, vivemos em uma sociedade plural, diversificada. Como afirma Figueiredo (2008, p. 143), “a diversidade é tão natural quanto a própria vida. Essa diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças que unem o tecido das relações sociais”.

Figueiredo (2008) segue afirmando que, para um ambiente educacional, tornar-se inclusivo, este deve acolher a todos/as seus alunos/as, sem fazer distinção de suas condições sociais, emocionias, linguísticas, financeiras e psicológicas.

UEPB COMO EXEMPLO DE AMBIENTE EDUCACIONAL INCLUSIVO

A autora Mantoan (2008) coloca que o processo de inclusão é um processo ousado e revolucionário, uma vez que ainda é possível encontrar pessoas que defendam a segregação de sujeitos por suas diferenças. Com esta lógica segregativa, algumas escolas e universidades ainda baseiam se nesta ideia elitista, de eleger para si os melhores e 'normais', para que não haja um marketing contrário de sua concepção.

O processo inclusivo encontra uma dificuldade ao incluir todos como deseja, uma vez considerando que cada sujeito é, pensa, age e detém uma necessidade diferente da do outro. Porém é preciso refletir a respeito da igualdade, não abstrata, uma vez que essa não proporciona nem proporcionou relações saudáveis nas escolas e universidades.

Para Mantoan "a inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo" (MANTOAN, 2008, p. 37).

Contudo, a UEPB tem dado passos a frente de outras instituições de ensino superior, promovendo aos professores - sejam estes em vigência, tanto quanto aos que estão em período de formação -, uma formação necessária para adaptar suas práticas pedagógicas em sala de aula, tratando-se do processo inclusivo. Há disciplinas de LIBRAS; Educação Especial; Cultura e diversidade; Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social, Cultura Afrobrasileira e Índigena, entre outras.

A UEPB, *campus* I, dispõe do Núcleo de Educação Especial, que tem por objetivo apresentar meios e recursos que viabiliza o acesso de alunos(as) e professores(as) com alguma necessidade educativa especial. Promove formações e adaptações de materiais didáticos. A exemplo de alunos com deficiência visual, é possível adaptar material didático com a impressora em braille, como também é possível encontrar alguns livros e documentos já adaptados.

No mesmo *campus* citado, é presente o projeto de 'tutoria especial', que tem por objetivo promover o acompanhamento de quaisquer aluno(a) que necessite de um acompanhamento. Este é realizado por alunos da própria universidade, que em encontros programados fora do horário de aula, porém dentro do ambiente universitário, dá um suporte pedagógico ao aluno que requer o acompanhamento.

De acordo com Figueiredo (2008), a universidade que envereda pelo processo inclusivo

[...] deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas a alunos que apresentam algum tipo de deficiência (FIGUEIREDO, 2008, p. 143).

Além do programa de tutoria, a UEPB dispõe de intérpretes de Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), para que estes acompanhem o(a) aluno(a) surdo(a) durante e após as aulas, de modo que possibilite a inclusão destes sujeitos no âmbito acadêmico.

De tal modo, ao adotar estes programas, a UEPB tem por finalidade promover uma ação integradora entre seus alunos, de modo positivo, contribuindo para a formação de todos os envolvidos. Possibilita com isto também, que os futuros profissionais estejam em contato

direto com a diversidade presente na sociedade, seja direta ou indiretamente. Assim sendo, a sociedade vai se tornando cada vez mais inclusiva e aberta a interagir com as diferenças encontradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir a respeito do processo de inclusão seja ele no âmbito educacional, quanto no social, requer que o sujeito reflita a respeito, que saia de sua realidade dotada de facilidades e privilégios e adentre em uma realidade que não é sua, nem tão pouco lhe interessa por momento. Para deste modo, entender o outro a partir de sua(s) particularidade(s).

Pensar na inclusão de pessoas com quaisquer que seja as dificuldades, é repensar em ações que se mostrem eficazes e capazes de promover uma integração. A UEPB, como citada, e tida como sendo exemplo de ambiente educacional inclusivo adotou em sua política o acesso de sujeitos que detém qualquer que seja a necessidade. Ela está além de ser perfeita e pode ser tida como pioneira entre outras no processo de inclusão. Apesar disto ainda é possível encontrar ambientes e atos que necessitam de uma reorganização que promova uma melhor acessibilidade, por sua vez gerando uma melhor inclusão.

Versar a respeito deste processo, nos faz crer e concluir que é possível sim, mediante as dificuldades encontradas e citadas, promover uma intervenção inclusiva. Como afirma Figueiredo (2008, p. 143), "a diversidade é tão natural quanto a própria vida. Essa diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças que unem o tecido das relações sociais".

É fixado na ideia de um mundo diverso, que cabe a todos, mesmo que pouco, tomarmos iniciativas promovendo a inclusão de todos os sujeitos. E o importante é sempre estarmos preparados para garantir os direitos, sejam nossos ou de outros. Dessa forma, nossa sociedade vai se tornando, aos poucos, cada vez mais inclusiva e aberta a todos e todas, sem restrições.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e educação escolar. In. CANDAU, Vera Maria. (org.) **Reinventar a escola**. Petrópolis: Editora Vozes.

CASTRO, Paula Almeida de. **Torne-se aluno: identidade: perspectiva etnográfica**. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão à Inclusão - Uma Longa Caminhada. In: STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUEIRA, Juan José Mourino (orgs.). **Educação especial: Em direção à Educação Inclusiva**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2006.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In. Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. Inclusão Escolar: desafios e perspectivas. In. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KLEIN, Rejane Ramos. A escola e alguns desdobramentos curriculares. In. KLEIN, Rejane Ramos; HATTGE, Morgana Domênica (orgs.). **Inclusão escolar: implicações para o currículo**. – São Paulo: Paulinas, 2010.